

1 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**
2 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

3 **ATA 07/98 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

4 Aos sete dias do mês de maio de 1998, reuniram-se no auditório da SMS o plenário do
5 CMS para deliberar sobre a seguinte pauta: **Recursos Humanos**. Estiveram presentes
6 os seguintes conselheiros: Denise Girardi, Roberto Heinzelmann, Riograndino P. de
7 Oliveira, Luiz Gustavo F. Soares, Nilza Maria Henrique Garim, Cláudio Nicolau P.
8 Righetto, Luígia Dalla Rosa, Alba Souza Corrêa, Deoclides F. de Almeida, Maria Alice P.
9 G. Calvete, Maria Ivone Dill, Valdívia Gonçalves Lucas, Clélia Machado, Juracy Castro
10 Correia, Taísa P. Rodrigues dos Santos, Célia Parraga Medeiros, Cleci Xavier da Silva,
11 Maria Rejane Seibel, Paulo Augusto Verney Ramos, Mauro Fernando Schmidt, Lenise
12 Hetzel, Sônia Beatriz Mazullo, Lúcio Borges Barcelos, Jorge Abib Cury, Roger dos
13 Santos Rosa, Delmar Oliveira da Silveira, Neusa S. L. Heinzelmann, Ana Lúcia Valente
14 A. Menzel, Ernani Tadeu Ramos e Jailson Prodes. Estiveram presentes também os
15 seguintes não conselheiros: Huguette Chinepe - Comissão de Saúde Mental, Maria
16 Encarnacion M. Ortega - CLS 7, Raquel C. Rodrigues - CLS 8, Norah Helena P.
17 Moschetti - U.S Nova Brasília, Maria Regina - CVS, Cleusa Mendes - CGADTS, Ângela
18 Márcia Rocha - CGADTS, Alberto Gabellini - CLS 8, Janete Mengue da Silva - U.
19 Reabilitação, Valdecir Dietrich - CUB, Ivo Fortes Santos - CES, Rejane Monteiro Bento
20 - SIPERGS, Rita Ribeiro - SMS, Ana Haase - GDS 6-SMS, Leila Pereira Leite - CATA,
21 Maria Laura Xavier - U.S Santa Cecília, Francisco Mazzuca - GDS 3-SMS, Regina
22 Lender - U.S Santa Rosa. Coordenador Humberto inicia a reunião solicitando à plenária
23 que se apresente. Após encaminha a leitura da ata número 06. Foi solicitado acréscimo
24 na linha 107, para o II Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde e na linha 133,
25 Nova Santa Rosa. A ata foi aprovada com 22 votos e 01 abstenção. Coordenador
26 Humberto informa que na reunião de coordenação ficou deliberado que nos informes,
27 os membros das Comissões e Conselheiros que participaram de encontros,
28 seminários, terão espaço na reunião para fazer um relato, sem inscrição prévia. A
29 seguir Sr.^a Huguette relata a preocupação da Comissão de Saúde Mental em relação a
30 ausência permanente do gestor nas reuniões. Solicita ao Secretário Lúcio a
31 participação efetiva de representantes da Política de Saúde Mental, bem como a
32 relação de locais de atendimento de Saúde Mental em POA, ambulatórios e hospitais
33 que atendam pelo SUS e que realizam oficinas. Informa que será enviado ofício às
34 entidades que compõem a Comissão e à Secretaria de Saúde do Estado solicitando
35 presença na reunião. Coordenador Humberto solicita a Sr.^a Huguette que convide os
36 membros da Comissão a comparecerem nas reuniões do CMS, para reforçar a
37 discussão da Saúde Pública. Conselheiro Roger informa que no relatório final da II
38 Conferência Municipal de Saúde foi aprovado uma maior proximidade das
39 Universidades com o Gestor Municipal de Saúde. Neste contexto a Faculdade de
40 Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está abrindo concurso para
41 professor na área de Medicina Social, cargo de 20 horas. Realizou-se o curso de
42 capacitação sobre Fundos de Saúde, com a participação de um bom número de
43 conselheiros e que contou com a colaboração do representante da SMS, Alberto
44 Gabellini. Sr.^a Maria Regina relata o encontro chamado pelo Ministério da Saúde, para
45 discutir o Plano de Ações Emergências em DST/AIDS para a Região Sul, devido o
46 aumento considerável dos casos de AIDS. Faz a entrega do documento e a discussão
47 fica como ponto de pauta para a reunião do dia 28. Após o Coordenador passa a
48 palavra para o Secretário Lúcio Barcelos que informa que houve alteração no Gabinete
49 onde assumiu a Psicóloga Maria de Fátima Bueno Fischer como Secretária Adjunta.
50 **Pauta - Recursos Humanos:** Sr.^a Anelise Breyer, Coordenadora do CGADTS faz a
51 apresentação da equipe: Sr.^a Cleusa Mendes, Chefe da Equipe de Desenvolvimento,
52 Sr.^a Lilia Azzi, Assessora Técnica, Sr.^a Angela Márcia, Coordenadora da Equipe de
53 Ingresso e Sr. Delmar, Chefe da EAP. Informa que o que será apresentado está
54 baseado no relatório de lotação de pessoal elaborado a partir da lotação de pessoal
55 realizada durante o mês de abril de 1998. Este trabalho foi realizado junto às Gerentes

56 Distritais e chefes de serviço que revisaram toda a listagem de pessoal e após foi
57 encaminhado à PROCEMPA. A partir daí foi realizado o relatório chamado “Quem
58 somos? Quantos somos? Onde estamos?”. Salaria que no processo de
59 municipalização 165 funcionários, entre eles 58 médicos, 34 auxiliares de enfermagem
60 seguidos de 20 assistente administrativos e outros não se apresentaram na época
61 embora tenha havido chamamento de várias formas. São funcionários do Estado e
62 Ministério que estão cedidos para outros serviços. Relata que dos 2.814 funcionários
63 que foram municipalizados, 350 se afastaram. Neste mês estão trabalhando 3.950
64 funcionários na ativa, 67% municipais e 33% municipalizados. Deste total 2.366
65 funcionários estão lotados na rede básica, Unidades, Centros de Saúdes e nível
66 central. Há 1326 no HPS e 258 no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Em relação ao
67 número de médicos, na rede básica e nível central, 185 são municipais e 497
68 municipalizados. No HPS 286 são municipais e 5 municipalizados e no PACS 49 a
69 maioria são municipais e apenas 1 municipalizado. Enfermeiros há um total de 168,
70 sendo que na rede básica e nível central 51 são municipais e 41 municipalizados. Os
71 outros estão no HPS e PACS. Os auxiliares de enfermagem totalizam 970 funcionários
72 entre municipais e municipalizados lotados na rede básica, PACS e HPS. Cirurgiões
73 Dentistas soma 137, na rede básica, HPS e PACS sendo 71 profissionais
74 municipalizados. Salaria que um dos problemas graves é que quando houve o
75 repasse desses funcionários em agosto de 1996, não foi informado o tempo de serviço
76 e idade dos servidores e que hoje na véspera da aposentadoria comunicam aos
77 gerentes distritais e chefias de serviço que estão se aposentando. Isto será um
78 problema sério num curto espaço de tempo. Em relação aos funcionários da União a
79 situação é mais grave, pois o último concurso foi realizado no início da década de 80.
80 Finaliza informando que será realizada uma pesquisa do perfil da força de trabalho
81 para fazer um planejamento da reposição de pessoal e reorganização da rede básica.
82 O Coordenador abre as inscrições. Conselheira Denise coloca que é importante refletir
83 sobre o número de unidades e o número de profissionais que se tem hoje e buscar e
84 identificar a demanda. Na municipalização foram repassados poucos funcionários, mas
85 é necessário saber que proposta o município tem para oferecer a qualidade do serviço
86 que oferecia antes, com uma equipe montada por Médicos, Enfermeiras, Assistentes
87 Sociais, Nutricionistas e outros trabalhadores em Saúde. Conselheiro Deoclides
88 pergunta se não foi realizada uma ficha de cadastro dos funcionários municipalizados,
89 por ocasião da municipalização. O Coordenador sugere que a discussão não fique
90 centrada apenas no pessoal de nível técnico. O quadro é pior do que o apresentado.
91 Há falta de segurança, motoristas para ambulâncias, radiologistas e oftalmologistas.
92 Observa que por melhores que sejam os gerentes que procuram integrar o funcionário
93 nos serviços, esbarram na resistência apresentada pelos mesmos. Outra questão
94 fundamental é que a comunidade tem que começar a se apossar de que Saúde
95 também se faz com Recursos Humanos e disputar no Orçamento Participativo mais
96 verbas. Sr.^a Anelise informa que os serviços já vieram defasados de pessoal e desde
97 início foi necessário realizar carta contrato emergencial. Foram contratados mais de
98 200, sendo 130 a 140 para a rede básica e o restante para o HPS e Pronto
99 Atendimento. No ano de 1997 foi aprovado 270 nomeações. Até fevereiro de 1998
100 foram realizadas 118 nomeações. Para área de Enfermagem está previsto mais 41
101 nomeações, pois atualmente se tem várias cartas contrato. Para Auxiliares de
102 enfermagem está prevista 95 nomeações. Em relação ao cadastro dos funcionários
103 municipalizados foi realizado na época, mas estão faltando dados, para um diagnóstico
104 mínimo e exato. Quanto ao pessoal de apoio, existe a falta de Assistente
105 Administrativo, pois o Gabinete e Assessoria Jurídica só trabalham com estagiários.
106 Conselheira Cleci traz a demanda por Cirurgiões Dentistas, que embora em número
107 pequeno esses estão em cargo de chefia. Salaria que é necessário mais que os 137,
108 pois este número é insuficiente para atender a demanda. No Orçamento Participativo
109 foi colocado que Recursos Humanos é verba de custeio. Conselheira Rejane pergunta
110 qual é a política de Recursos Humanos em relação ao Modelo Assistencial.

111 Conselheira Maria Alice relata que o Centro de Saúde Bom Jesus ao ser inaugurado
112 em 01/11/95, SSMA receberia os funcionários da U.S Bom Jesus do Estado que
113 fechou, tendo em vista o processo de municipalização semi plena. Foi fornecida
114 listagem à SMS e muitos não foram repassados. Ressalta também que na sua lógica,
115 quando alguém falece, se exonera ou se aposenta, poderia ser suprido imediatamente
116 uma vez que tem concurso aberto, mas na realidade não é isso que acontece.
117 Conselheira Neusa fala que gostaria que fosse colocado algo em relação ao número de
118 cargos que já vem se negociando para suprir as dificuldades que se tem. Quanto ao
119 Orçamento Participativo coloca que quem estabelece os critérios é a população e que
120 a discussão tem que ir para as regiões e finaliza dizendo que Recursos Humanos tem
121 que discutir sim no Orçamento Participativo. Quanto a reposição de pessoal, tem que
122 se encontrar uma forma do Estado responder por isso. É importante também saber
123 qual é a equipe mínima para manter o modelo assistencial. Conselheiro Mauro
124 pergunta quem define os valores dos salários, pois o piso para psicólogos na PMPA é
125 R\$ 570,50 para carga horária de 30 horas e a categoria está reivindicando 1.100,00.
126 Sr.^a Maria Regina questiona como estão as negociações com o Estado, pois tem
127 funcionárias que querem vir, citando uma funcionária que está esperando há 2 anos.
128 Sr.^a Anelise responde que no ano de 1997 foi organizado uma comissão deliberante e
129 se conseguiu autorização para nomear 270 cargos. Os funcionários municipais que se
130 aposentam, exoneram serão repostos, mas em relação aos funcionários do Estado e
131 Ministério exige uma negociação maior, entre os gestores. Sr.^a Cleusa relata que em
132 1997 foi realizado um diagnóstico da força de trabalho junto a funcionários de nível
133 médio da rede básica, para conhecer o potencial da força de trabalho e 943
134 responderam. Destes 48%, ou seja 451 funcionários, exerciam a função de Auxiliar de
135 Enfermagem, mas estavam lotados em 21 cargos diferentes, que não lhe davam
136 qualificação para exercer a função. Quanto ao interesse em participar em cursos de
137 qualificação nas diversas áreas, não mostraram interesse em participar. Até 15 de
138 maio os trabalhadores que estão exercendo a função de auxiliar, terão que apresentar
139 o registro no COREN e certificado que tenham realizado o curso. Após Sr. Secretário
140 ressalta que a Sr.^a Anelise apresentou de forma global a situação dos Recursos
141 Humanos e que existem problemas gravíssimos. Atualmente está assim, é uma
142 herança, mas é necessário daqui prá frente restabelecer a forma de negociação com o
143 Estado e reaver dos 500 funcionários que não vieram. Está se resgatando critérios
144 mínimos de composição, estruturas, prioridades de trabalho, redimensionando a rede
145 e é necessário qualificar o que se tem, pois expandir é complicado. É importante fazer
146 um processo combinado entre a política para o trabalhador em saúde e a definição do
147 modelo de assistência que se quer para o município. Em relação ao piso salarial, o
148 profissional independente do cargo recebe o mesmo salário. O que estabelece o piso e
149 uma negociação entre SMA, Secretaria Municipal da Fazenda, Gabinete de
150 Planejamento, Câmara de Vereadores. Quem define é a política salarial do município,
151 pois o serviço público não se pauta pela política salarial do setor privado. Conselheiro
152 Deoclides propõe que seja cobrado da SSMA os funcionários que não vieram por
153 ocasião da municipalização. Conselheira Cleci indaga porque demora de 8 a 10 meses
154 para o acesso ao especialista, em especial o oftalmologista. Salaria a necessidade de
155 melhorar a qualidade do trabalho. Sr.^a Anelise finaliza colocando a necessidade de
156 melhorar a capacidade de desenvolver nossas atividades, salientando a importância da
157 motivação, discussão, a clareza do nosso papel no cumprimento das nossas funções.
158 Salientou que após a municipalização houve a necessidade de remanejar pessoal
159 técnico e nível médio, com o objetivo de qualificar os serviços. O Coordenador
160 agradece a equipe e coloca que no momento que o Conselho discute um assunto, não
161 tem a pretensão de resolver todos os problemas apresentados e salienta a dificuldade
162 que a SMS está enfrentando em relação a Recursos Humanos a partir da
163 municipalização. Solicita à Equipe do CGADTS que após o término da pesquisa, seja
164 apresentando no Conselho os dados levantados. **Informes da Secretaria Executiva:**
165 Coordenador Humberto informa que em reunião do Núcleo de Coordenação ficou

166 definido que nas sextas-feiras à tarde não haverá expediente externo no CMS e que
167 solicitação de documentos ao Conselho, por pessoa física ou entidade deverá ser feito
168 através de memorando ou ofício contendo justificativa. Informa também que o CMS
169 está retomando o informativo SUS PENSE, que será publicado bimestralmente. O
170 mesmo está aberto à colaboração e será enviado a todos os serviços da SMS. Sr.^a
171 Silvia faz a leitura dos convites enviado ao CMS: Cerimônia de posse da Nova Diretoria
172 da ASSMS, dia 08/5; I Conferência Municipal de Direitos Humanos e participação do
173 Coordenador no painel sobre Políticas Públicas, dia 10/5; “Roda da Amamentação”, dia
174 09/5; Seminário de capacitação do Programa de Assistência a Mulheres Vítimas de
175 Violência Sexual dias 13 e 14/5. Participação no processo de eleição do Colegiado da
176 Pensão Protegida Nova Vida, onde o Conselho colaborou na elaboração do Regimento
177 Eleitoral e no dia da votação, na qual os usuários participaram efetivamente; Convite
178 para reunião do CLS 10 Lomba do Pinheiro no dia 13/5; participação junto a Comissão
179 de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa na entrega de uma notícia crime
180 ao Ministério Público responsabilizando a Junta de Coordenação Orçamentária do
181 Estado pela não Liberação de R\$ 163 milhões do Orçamento destinado a Secretaria
182 de Saúde e Meio Ambiente do Estado. Agradecimento pelo apoio da realização da I
183 Conferência Municipal de DST/AIDS; Mudança temporária de endereço da U.S
184 Farrapos. Rejane do Sindicato dos Enfermeiros, convida para as atividades alusivas à
185 Semana da Enfermagem de 12/5 a 14/5. Coordenador Humberto informa que a
186 Comissão de Justiça e Paz da CNBB preocupada com o SUS e como está procedendo
187 a Santa Casa, mandou convite ao Secretário da SMS e ao CMS para discutir esta
188 situação no dia 20/5. Sobre a reunião da Temática de Saúde relata que na reunião
189 passada a Saúde foi “massacrada”. Ressalta a necessidade urgente de se retirar um
190 suplente, neste caso usuário para aprofundar e qualificar a discussão. Relata a visita
191 do Presidente do Conselho Municipal de Saúde e da Comissão de Saúde e Meio
192 Ambiente da Câmara de Novo Hamburgo ao Conselho Municipal de Saúde e
193 Secretaria Municipal de Saúde - Secretário, para discutir a Central de Marcação de
194 Consultas. Faz uma crítica à Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara
195 Municipal de Porto Alegre que não compareceu a reunião de hoje sabendo que a pauta
196 era recursos humanos, pois sempre que o Conselho é chamado comparece as
197 discussões realizada nessa comissão. Após relata que nos dias 02 a 04 de junho
198 haverá em Brasília o II Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde e os Conselhos
199 deveram mandar seus delegados respeitando a paridade. Ficou definido na reunião do
200 Núcleo de Coordenação que um dos critérios para a escolha será a participação efetiva
201 das Entidades nas reuniões do CMS. Outra é que os delegados deverão se reunir para
202 levar uma posição única do CMS. Sr. Secretário informa que a Secretaria poderá
203 custear a ida de quatro delegados e o Coordenador encaminha para a reunião do dia
204 28/5 a retirada desses representantes. O coordenador encerra a reunião
205 homenageando todas as mães pela passagem do seu dia. **Pauta da próxima reunião:**
206 Transporte Social e Plano de Ações Emergenciais em DST/AIDS para a Região Sul.
207 Nada mais tendo a tratar a reunião encerrou às 22 horas.

208

209

210

Silvia Décimo Martins

Jane Pilar

211

Secretaria Executiva do CMS

Secretaria Executiva do CMS

212

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 28/05/1998.